

A MONOCULTURA DO EUCALIPTO NA BAHIA: UM RETRATO DA APROPRIAÇÃO PRIVADA DA NATUREZA*

The eucalypt monoculture in Bahia: a portrait of private appropriation of nature

Maicon Leopoldino de Andrade**

Gilca Garcia de Oliveira***

Resumo

Os primeiros plantios comerciais de eucalipto no Brasil remontam ao início do século XX, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, no sentido de consolidar a incipiente indústria siderúrgica brasileira. A base de expansão da eucaliptocultura no campo brasileiro foi impulsionada por diversos incentivos fiscais com significativo apoio do Estado, visando à consolidação da atividade no Brasil. No caso da Bahia, a porta de entrada da atividade da eucaliptocultura se deu no final da década de 1970 quando investimentos vultosos no setor foram realizados na microrregião do litoral norte baiano, estimulados pelo preço atrativo da celulose no mercado internacional e, sobretudo, pela proximidade do recém-criado Polo Petroquímico de Camaçari, do Centro Industrial de Aratu (CIA) e da capital do Estado. Diante desse cenário, este estudo apresenta a evolução e a expansão da eucaliptocultura no Brasil e, mais especificamente, no Estado da Bahia.

Palavras-chave: eucaliptocultura, Bahia, produção do espaço

INTRODUÇÃO

As monoculturas agrícolas avançam rapidamente pelos campos baianos para a produção de soja, algodão e celulose, dentre outros, especialmente, nas regiões Oeste, Sudoeste, Sul e Extremo Sul. Essa transformação nos espaços agrário e agrícola não se deu de forma isolada, mas fundamentalmente alicerçada numa estratégia de “desenvolvimento nacional” orquestrada pelo aparato estatal, desde meados da década de 1960, onde a passagem de uma

* Este artigo baseia-se na dissertação de Mestrado de Maicon Leopoldino de Andrade defendida no PPGEO/UFBA intitulada “A monocultura do eucalipto: conflitos socioambientais, resistências e enfrentamentos na região do sudoeste baiano”.

** Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal da Paraíba (2000). Engenheiro Agrônomo do Centro de Estudos e Ação Social. Atua principalmente nos seguintes temas: Direito, Segurança Alimentar e Nutricional, Reforma Agrária, Agroecologia e Soberania Alimentar. Mestrando do Curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia e pertencente ao Grupo de Pesquisa Geografar. E-mail: mleopoldinodeandrade@gmail.com

*** Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Lavras (1993) e doutorado em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa (2001). Atualmente é professora da Universidade Federal da Bahia lecionando as disciplinas Desenvolvimento Socioeconômico e Introdução às Teorias Econômicas. Atua no Mestrado de Economia (CME/UFBA) e no Mestrado em Geografia (POSGEO/UFBA). Membro dos Grupos de Pesquisa Projeto Geografar e GEPODE nas áreas de Economia Agrária, Trabalho Escravo e Desenvolvimento. E-mail: ggo@ufba.br

economia agrário-exportadora para urbano-industrial destacou-se na reprodução das condições da expansão capitalista no campo e na cidade (OLIVEIRA, 1972).

A farta concessão de créditos e subsídios seletivamente direcionados para o ramo do setor agroflorestal, na década de 1970, buscou disseminar tecnologias e agregar valor no emergente setor industrial, agravando não somente as relações sociais, mas também consolidando uma apropriação privada do espaço por empresas multinacionais e nacionais no campo brasileiro, como o caso da Veracel Celulose.

Tal realidade conflitiva, gerada pelas contradições entre a apropriação de terras pela plantação industrial de árvores, fomentada pelo Estado, e a expropriação do trabalho camponês expressam o cotidiano dos camponeses e das organizações e grupos sociais que lutam e resistem para permanecerem e defenderem seus territórios.

Este estudo tem como objetivo principal apresentar a espacialização temporal da eucaliptocultura no Brasil e, mais especificamente, no estado da Bahia como expressão do domínio privado da natureza por grandes empreendimentos agrícolas.

Analisar e discutir este modelo de produção capitalista no campo nos remete necessariamente à questão agrária brasileira, não como centralidade de análise desse trabalho, mas para delimitar este tema como um problema anterior ao da eucaliptocultura que, neste caso, reflete exemplarmente a forma como o espaço agrário vem sendo apropriado por empresas transnacionais no Brasil e, sobretudo, com forte apoio do Estado. Esta apropriação da natureza pelo capital agroflorestal, de acordo com Gonçalves (2004), revela um comprometimento à biodiversidade, pois a monocultura simplifica o sistema produtivo, promovendo amplamente o uso de uma matriz energética dependente de recursos naturais finitos, alheio ao manejo equilibrado da natureza.

O eucalipto em seu habitat natural e em seu país de origem, Austrália, convive com outras espécies de plantas e animais que, nesse caso, encontra-se num ambiente denominado de floresta. Como premissa teórica fundamental, neste estudo não se adota o termo floresta plantada, largamente utilizada pelas empresas plantadoras de eucalipto, que buscam com isso amenizar os custos ambiental e social que esta atividade proporciona no campo brasileiro.

Nesse sentido, não se considera que essa atividade é uma floresta plantada, por entender que floresta apresenta as seguintes características (WRM¹, 2011):

¹ World Rainforest Movement.

- a) diversidade de espécies vegetais de tamanhos e idades variadas;
- b) grande variedade de espécies animais;
- c) e, principalmente, pela capacidade de interação da atividade humana nesse ambiente, onde se busca alimentos, sementes, água e outros bens e serviços que uma floresta fornece para a sobrevivência humana.

Paralelamente, este trabalho não se alinha com o conceito construído pela Organização Mundial das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO²), que há anos define a floresta como “área medindo mais de 0,5 ha com árvores maiores que 5m de altura e cobertura de copa superior a 10%, ou árvores capazes de alcançar estes parâmetros *in situ*” (FAO, 2000 *apud* WRM, 2011, p.2). A importância da atividade de papel e celulose junto à FAO revela-se pelas estreitas relações mantidas através de diversas assessorias, como por exemplo, a Comissão Consultiva sobre Produtos de Papel e Madeira (ACPWP³), que incorpora executivos da indústria de papel e madeira (WRM, 2011). Essa Comissão mantém encontros regulares buscando oferecer direção política e técnica ao Departamento de Silvicultura da FAO justificando interesses em esforços com vistas ao desenvolvimento sustentável.

De todo o modo, a eucaliptocultura se torna uma atividade agrícola como qualquer outra, visando a fins comerciais e, nesse caso, a forma de manejo e plantio trazidos para as Américas e para o resto do mundo têm sido nos moldes do monocultivo, com extensas áreas de plantio, utilização de maquinarias e insumos químicos, com vistas a maior produtividade.

A partir desses argumentos, utiliza-se o termo eucaliptocultura por entender que se trata de uma atividade comercial agrícola, reafirmando o eucalipto como monocultura nos moldes do setor de plantação industrial de árvores e não como atividade florestal.

Concomitante e contraditoriamente, esse modelo de produção, apesar do discurso propalado de desenvolvimentista, de sustentabilidade ambiental e de geração de divisas, carrega, em si, conflitos socioambientais relevantes.

² Food and Agriculture of the United Nations.

³ Advisor Committee on Paper and Wood Products.

ORIGEM E EXPANSÃO DO CAPITAL NO CAMPO BRASILEIRO: UMA HISTÓRIA DE APROPRIAÇÃO PRIVADA DA NATUREZA

O campo brasileiro, desde a época da colonização, sempre foi um espaço de apropriação do capital. A partir de uma lógica de acumulação de riqueza, tendo o estado brasileiro como mediador da manutenção da ordem capitalista mundial, são construídas as bases para o aprofundamento das desigualdades no campo e, conseqüentemente, o acirramento dos conflitos socioambientais.

As condições histórico-sociais que regularam a ocupação do espaço agrário brasileiro conformaram uma estrutura agrária com alta concentração de terras, resultando, assim, em conflitos e resistências por parte de diversos povos e segmentos organizados do campo (GERMANI, 2006).

Para garantir o domínio e a apropriação da natureza no espaço agrário brasileiro, elaborou-se e aprovou-se a Lei de Terras de 1850, Lei nº 601, com o regime de concessão e sesmarias, conformando a terra como uma mercadoria, que pode ser vendida e comprada. Segundo Stédile (2013), a referida lei, foi a consolidação do latifúndio no Brasil, que regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural no país.

Martins (2004) enfatiza que essa situação histórica proporcionou mudanças na estruturação social, no sentido de que, para garantir a permanência da exploração do trabalho, antes cativo depois livre, a produção do capital deve ser favorecida por outros meios jurídico-políticos, na perspectiva de manutenção do processo de domínio da ocupação das terras.

Essa conformação espacial gerou duas realidades antagônicas no campo brasileiro que tem no seu cerne o caráter político, ideológico, técnico e, sobretudo, a expressão concreta da luta de classes no campo brasileiro: a do agronegócio e a dos povos do campo e das florestas.

O termo agronegócio foi utilizado pela primeira vez, em 1957, por Davis e Goldberg, designando um complexo sistema que engloba a agricultura, a indústria, o comércio e o mercado financeiro (CAMACHO, 2012). Além disso, o agronegócio, por sua vez, encontra no Estado, um lócus privilegiado para o seu fortalecimento.

O discurso de produtividade e modernidade do agronegócio esconde as suas conseqüências na conformação social e ambiental no campo, tendo a concentração de terra e a exploração do ser humano e da natureza como símbolos marcantes dessa relação social.

Ratificando esta concepção, Fernandes (2005) relata que o agronegócio é responsável pela expansão dos conflitos, controlando as relações sociais e o domínio territorial.

Corroborando essa análise, Oliveira (2003) sintetiza esse modelo nos termos “Barbárie e Modernidade”, em que o agrário-agrícola nacional apresenta uma roupagem moderna de alta produtividade com tecnologia avançada, produção de *commodities* etc, embora os dados oficiais do IBGE (2006) demonstrem que 70% dos alimentos são oriundos dos pequenos agricultores. Por outro lado, o modo de produção capitalista esconde, ideologicamente, suas ligações com a estrutura latifundiária-colonial dos *plantations*, dando sequência a uma exclusão social-histórica e uma degradação ambiental sem precedentes.

Esse modelo absorveu quantidades crescentes de créditos agrícolas bancários, incorporando os assim chamados “insumos modernos”, como fertilizantes, adubos químicos, agrotóxicos, tecnificando a agricultura brasileira ao modelo euro-americano, integrando-se aos complexos agroindustriais internacionais. Tem-se, então, um chamado desenvolvimento tecnológico altamente dependente de recursos naturais e de insumos produzidos por empresas multinacionais, embora se difunda o contrário.

Utilizando-se do conceito de desenvolvimento sustentável da Conferência de Estocolmo, de 1972, essas ideias foram apropriadas pelos setores conservadores do meio acadêmico e político para responder a uma nova geopolítica mundial e garantindo a própria sobrevivência do capitalismo. Tais construções conceituais podem ser observadas, como no caso do monocultivo de eucalipto que, tanto na esfera das políticas públicas, como na esfera empresarial, passa a ser denominada de floresta plantada, transmitindo a noção de qualidade ambiental que o termo florestal incorpora em suas várias dimensões. Essa mão invisível do desenvolvimento sustentável, eticamente determinada pela sociedade moderna, favorece, sobretudo, ao Estado e às grandes corporações capitalistas que lidam com a questão ambiental, uma legitimação do próprio capital elevando o status dessas intervenções produtivas do agronegócio no ambiente, como ecológica e socialmente justas, sem, contudo questionar a questão estrutural de apropriação privada da natureza e suas consequências depredativas para o meio ambiente (PATO, 2012).

Constrói-se, assim, uma nova ordem de acumulação de capital a partir de um novo estilo de capitalismo agrário, reforçando a não observância de toda e qualquer função social e ambiental da terra.

Ao contrário dos ambientes povoados e das paisagens diversificadas da agricultura camponesa, que configuram os diversos biomas brasileiros, as monoculturas fragilizam a biodiversidade, homogeneizam a paisagem com seus sistemas produtivos intensivos, com a utilização de agrotóxicos, sementes modificadas geneticamente e maquinaria pesada, organizando os ambientes agrícolas apenas a partir da lógica do lucro (CAMACHO, 2012). Dá-se então um aprofundamento na concepção da terra como mercadoria, que agora não é de domínio somente nacional e sim internacional, comandado por corporações multinacionais que definem e planejam o modo de apropriação da natureza, configurando-se assim um novo estágio do capitalismo mundial agrário. A representação numérica que contraria essa realidade pode ser vista no Quadro 1, que explicita o que a herança do colonial e, sobretudo, o reflexo do que significa, em termos de disputa dos recursos naturais, no caso, as terras brasileiras.

Quadro 1 - Evolução da Estrutura Fundiária no Brasil, medida pelos imóveis, 2003 e 2010

Classificação	2003				2010				Taxa de Crescimento		Média	
	Imóveis				Imóveis				Imóveis			
	Quantidade		Área		Quantidade		Área		o.	rea	2003	2010
	(no)	(%)	(ha)	(%)	(no)	(%)	(ha)	(%)	(%)	(%)	ha	ha
Minifúndio	2.736.052	3,77	38.973.371	9,3	3.318.077	64,03	46.684.657	8,2	21,27	19,7	14,24	14,07
Pequena propriedade	1.142.937	26,64	74.195.134	17,7	1.338.300	25,83	88.789.805	15,5	17,09	19,7	64,92	66,35
Média propriedade	297.220	6,93	88.100.414	21,1	380.584	7,34	113.879.540	19,9	28,05	29,3	296,41	299,22

Grande propriedade	112.463		214.843.865		130.515		318.904.739		16,05	48,4	1.910,35	2.443,43
		2,62		51,3		2,52		55,8				
<i>Improdutiva</i>	58.331		133.774.802		69.233		228.508.510		18,69	71,0	2.293,37	3.300,57
<i>Produtiva</i>	54.132		81.069.063		61.282		90.396.229		13,21	11,5	1.497,62	1.475,09
Total	4.290.482		418.456.641		5.181.645		571.740.919		20,77	36,6	97,53	110,34

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Cadastro do INCRA - Classificação segundo dados fornecidos pelo proprietário, de acordo com a Lei Agrária/93 *apud* TANEZINI (2014, p. 344). (Adaptado).

Observa-se que, de 2003 a 2010, houve uma taxa de crescimento de 48,4% de área das grandes propriedades, ou seja, passaram de 214.843.865 para 318.904.739 hectares, com um crescimento de 16,06% do número de propriedades, ou seja, de 112.463 para 130.515. Ainda nesta categoria, tem-se que as grandes propriedades improdutivas foram aquelas que mais cresceram em termos de área, 71% passando de 133.774.802 para 228.508.510 hectares. Demonstrando um provável crescimento de uso especulativo destas terras. Em contrapartida, os minifúndios crescerem em área 19,7%, saindo de 38.973.371 para 46.684.657 hectares, de 2003 para 2010, e em número de propriedades cresceu 21,3%, de 2.736.052 para 3.318.077.

Tomando os dados e fazendo um exercício de cálculo das médias em termos de classificação de área, observa-se que os minifúndios mantiveram praticamente o mesmo tamanho, passando de 14,04 para 14,27 hectares. As pequenas propriedades seguiram a mesma tendência, de 64,92 para 66,35 hectares. Assim como as médias propriedades, que passaram de 296,41 para 299,22 hectares. Portanto, observa-se pequeno crescimento em termos de média de área em todos esses extratos. No entanto, nas grandes propriedades, há um aumento relevante em termos de tamanho médio, passando de 1.910,35 para 2.443,43, sendo que foi na grande propriedade improdutiva que este crescimento se expressou de forma agressiva, passando de 2.293,37 para 3.300,57, enquanto que nas grandes propriedades produtivas observa-se pequeno decréscimo de 1.497,62 para 1.475,09 hectares.

Esse formato de apropriação privada da natureza e dos recursos naturais pelos setores do agronegócio brasileiro condiciona uma forma de atuação, na maioria das vezes, expropriando os camponeses. Para Porto-Gonçalves (2001), a natureza no modo de produção capitalista, nada mais é do que uma esfera passiva, que pode ter seu uso ilimitado, sem considerar as relações sociais que nela se realizam. É na atuação do capital transnacional em solos brasileiros que se intensifica a política de exportação de produtos primários. E a eucaliptocultura cumpre seu papel, gerando divisas com vistas ao superávit comercial, que acaba destinado não mais que ao pagamento de dívidas públicas.

Assim pode-se constatar que o domínio territorial se expressa e se repete na história por determinado segmento da sociedade. É certo que a eucaliptocultura não responde exclusivamente pela concentração fundiária, mas contribui efetivamente para este cenário.

A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL AGRÁRIO-AGRÍCOLA: O CASO DO SETOR DA EUCALIPTOCULTURA

A mundialização da agricultura conforma uma nova etapa do capitalismo mundial, no final do século XX, alicerçada pelos interesses das burguesias nacionais, integrando-se em escala mundial e dominado por conglomerados empresariais, um capitalismo monopolista.

Segundo Oliveira A. U. (2012), a escalada das empresas multinacionais nessa fase do capitalismo monopolista envolve três movimentos simultâneos para estruturar o processo expansionista: o movimento internacional de capitais, a produção capitalista internacional e a existência de ações de governos em nível internacional.

Na eucaliptocultura, por exemplo, pode-se citar o caso da Stora Enso que tem presença no Brasil, desde final dos anos 1990. Ela surge em 1998, com a fusão de duas grandes empresas do setor, a sueca Stora e a finlandesa Enso Oy, tendo como proprietário de destaque, o Estado finlandês, com 12,3% das ações (LERRER; WILKINSON, 2012). Segundo Malina (2013), a empresa possui áreas comerciais no Hemisfério Sul, que representam 6% de suas plantações em nível mundial, possuindo linhas de produção em mais de 35 países.

As maiores empresas do setor foram formadas por diversas fusões, sendo este um movimento importante no processo de reestruturação do setor, nesta fase de mundialização do capital, dando maior elasticidade ao deslocamento das indústrias de papel e celulose para locais com maior disponibilidade de terra e de mão de obra barata, a exemplo do Brasil.

O processo de constituição da mundialização do capital foi alicerçado a partir de políticas liberais em vários países, dentre eles o Brasil, que se iniciaram entre o final dos anos de 1970 e começo dos anos de 1980, consonante com o fortalecimento do capitalismo na maior parte do mundo e no emergente pensamento neoliberal dos anos 1990. É na década de 1990, que a consolidação e reestruturação do modo de produção capitalista, através da mundialização do capital, se aprofundam a partir das políticas de Estado (CHESNAIS, 1996).

Neste cenário, a eucaliptocultura entra no cenário mundial de propagação de plantios comerciais por volta do final do século XIX em Portugal e, posteriormente, na Espanha e na Itália (OLIVEIRA, 2011).

No continente Africano, a porta de entrada se deu pela África do Sul, por volta de 1828. Enquanto que, no continente Asiático, na Índia, existiam extensas áreas de monocultura do eucalipto no ano de 1856. Nas Américas, o primeiro país a introduzir plantios comerciais foi

o Chile, estendendo-se para Uruguai, Argentina e Estados Unidos, nas redondezas da Califórnia e São Francisco, no período de 1823 a 1865. E, no caso do Brasil, esses plantios ocorreram inicialmente, no ano de 1868, nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, com objetivo medicinal e sanitário. Somente por volta de 1911, que a atividade ganha *status* vertical de produção com extensas áreas no estado de São Paulo (OLIVEIRA, 2011).

Da sua introdução até o momento atual, a eucaliptocultura ganha destaque mundial de produção de *commodities*, respondendo e adaptando-se tecnologicamente aos diversos biomas, ampliando sua capacidade produtiva e tendo, principalmente nos países tropicais, sua plataforma política de propaganda e acumulação, através de multinacionais do setor que tem a regulação do preço ditado pelo mercado mundial e pelas bolsas de valores. Essa reprodução e ampliação do setor no Brasil, comparada a outros países, dentre outras explicações de ordem política, pode ser também justificada pelas condições edafoclimáticas favoráveis. Enquanto na Suécia a produtividade é de 4 m³ de eucalipto por ha; na Espanha são 10m³/ha; em Portugal, 12 m³/ha; África do Sul, 20 m³/ha e Chile 25 m³/ha, no Brasil são expressivos 44 m³/ha/ano (BRACELPA, 2010).

Ainda conforme este estudo comparativo e a título de ilustração, no Brasil, para se produzir 287 m³/ha leva-se sete anos, enquanto que, na Suécia, a mesma produtividade só pode ser obtida em uma área de 10,2 ha no mesmo período. Na Bahia, segundo a ABAF (2013), alcança-se 42 m³/ha/ano, no final de sete anos, pouco abaixo da média nacional.

De acordo com dados da ABAF (2013), a produção média mundial de madeira para celulose que era de 24 m³/ha/ano, em 1980, passa, em 2011, para 44 m³/ha/ano. Em 2013, a área ocupada pela eucaliptocultura no mundo foi estimada em 129 milhões de hectares, sendo que a China concentrava 31 milhões de hectares. Os Estados Unidos e a Rússia possuíam, respectivamente, 25 milhões e 14 milhões de hectares. A América Latina seguia logo atrás com 15 milhões de hectares plantados, tendo o Brasil 47% de áreas com pinus e eucalipto, que representavam, aproximadamente, 7 milhões de ha de área plantada no continente sul americano, ocupando assim a 4^a posição de área de plantios de árvores industriais no mundo.

De acordo com a Quadro 2, no ano de 2014, os Estados Unidos e a China lideraram o *ranking* como os maiores produtores mundiais de papel e de celulose, e tendo os países da Europa e o continente Asiático com significativo destaque. O Brasil aparece em 4^o lugar na produção de celulose e em 9^o lugar na produção de papel.

Quadro 2 - Maiores Produtores Mundiais de Celulose e Papel, em mil toneladas, 2014

Celulose			Papel		
Posição	País	Mil toneladas	Posição	País	Mil toneladas
1°	EUA	50.531	1°	China	102.500
2°	China	18.198	2°	EUA	74.375
3°	Canadá	17.073	3°	Japão	26.083
4°	Brasil	13.977	4°	Alemanha	22.630
5°	Suécia	11.672	5°	Suécia	11.417
6°	Finlândia	10.237	6°	Coréia do Sul	11.333
7°	Japão	8.642	7°	Canadá	10.751
8°	Rússia	7.519	8°	Finlândia	10.694
9°	Indonésia	6.710	9°	Brasil	10.260
10°	Chile	5.155	10°	Indonésia	10.247
11°	Índia	4.095	11°	Índia	10.242
12°	Alemanha	2.636	12°	Itália	8.664
13°	Demais	10.376	13°	Demais	90.783
Total Mundo		166.641	Total Mundo		399.985

Fonte: Associação Brasileira de Celulose e Papel. Dados do Setor, 2014.

De acordo com o Instituto do Observatório Social (2009), em 2007, o total das vendas das 100 maiores empresas do setor foi da ordem de US\$343 bilhões, sendo 60% concentrados nas 20 maiores. No caso da América Latina, o total de vendas ficou na faixa de 4,9% do montante mundial, mas respondeu por 28% do lucro líquido das 100 maiores empresas mundiais do setor.

O Quadro 3 demonstra que do total das vendas, em 2007, das 20 maiores empresas, seis empresas estadunidenses concentram 36,98% dos valores comercializados num total de US\$76.061 milhões, seguidas da Finlândia com 20,71%, sendo três empresas com vendas na

ordem de US\$42.587 milhões e, posteriormente, o Japão participando por meio de três empresas com a fatia de 12,63% do comércio do setor, totalizando US\$25.981 milhões. No ano em referência, o conjunto desses países representou 70,32% das vendas entre as 20 maiores empresas, o que equivale a US\$144.629 milhões, ou seja, 42% das vendas totais das 100 maiores empresas do setor. Cabe destacar a posição da Multinacional Stora Enso no *ranking* de vendas, a segunda maior, configurando-se, no caso brasileiro, como a empresa estrangeira que mais detém terras no Brasil, num total de 204.000 ha de áreas plantadas (LERRER, 2013). Por meio do Quadro 3, identifica-se concentração de empresas com origem em países centrais, conformando aquilo que Marx definiu no capítulo 23, do livro I d'O Capital (MARX, 2001), que a concentração de capital é condição *sine qua non* para o desenvolvimento das relações capitalistas, configurando-se, assim, como um aspecto da lei geral de acumulação capitalista.

Quadro 3 - Maiores empresas de papel e celulose, conforme volume de vendas, 2007.

Ranking	Empresas	Países de origem	Vendas (milhões US\$)
1	InternationalPaper	EUA	21.890
2	StoraEnso	Finlândia	18.332
3	Kimberly Clark	EUA	18.266
4	SvenskaCellulosa	Suécia	15.675
5	Weyerhaeuser	EUA	13.949
6	UPM	Finlândia	13.748
7	OjiPaper	Japão	10.578
8	Matsalitto	Finlândia	10.507
9	NipponUnipac	Japão	9.990
10	Smurfít – Kappa	Irlanda	9.963
11	MondiGroup	Inglaterra/África	8.589
12	MeadWestvaco	EUA	8.589
13	Smurfít Stone	EUA	7.420
14	Paperlin X	Austrália	7.420

15	Domtar	Canadá	6.906
16	Sequana Capital	França	6.551
17	BosieCascade	EUA	5.947
18	Sappi	África do Sul	5.928
19	NorskeSkog	Noruega	-
20	Sumitomo Forestry	Japão	5.413
Total			205.661

Fonte: Price Water House Coopers, 2008 apud Instituto Observatório Social (2009, p. 20).

Também a partir do resultado dessa acumulação, Lênin (1986) caracteriza este processo como uma fase superior do capitalismo, designada pelo autor como Imperialismo. Dentre suas características, o autor destaca: a formação de monopólios em diversos ramos da economia e a dominação da burguesia financeira (bancos e capital industrial). No entanto, em sua importante contribuição teórica acerca do Imperialismo, o autor não avançou teoricamente sobre os desdobramentos da atuação dos países imperialistas a partir das multinacionais.

A reorganização espacial e a expansão geográfica, a partir da qual a eucaliptocultura se difunde pelo mundo, podem servir de exemplo o que Harvey (2006) apresenta como símbolo desse novo imperialismo, que, além de superar a crise de acumulação, contribui para novas oportunidades de maiores taxas de lucro.

É possível associar que as maiores empresas da indústria da eucaliptocultura se situam em países que também sediam as maiores empresas dos setores de: fertilizantes, alimentício, sementes, eletrônica. Sendo assim, e nestas condições, segundo Harvey (2010), o estágio atual do capitalismo mundial não possui um livre comércio de mercadorias, mas sim um livre movimento do capital financeiro, criando reais condições para a concentração de quase dois terços do comércio exterior no domínio das multinacionais, mascarando, assim, a falsa ideia de liberdade do mercado capitalista.

A forma de agir desse “Novo Imperialismo” não se encerra estrategicamente pela via da acumulação econômica, mas também via acumulação por espoliação. Harvey (2010) afirma que a acumulação primitiva apresentada por Marx não se esgota na etapa original do capitalismo, pelo contrário, segue presente nos dias atuais, como a privatização de recursos

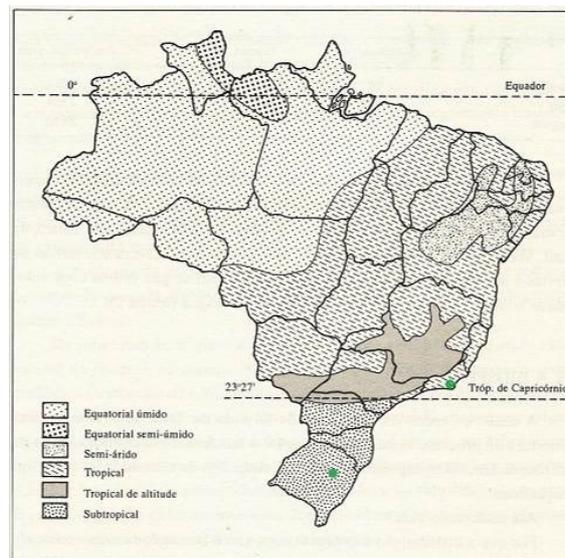
naturais, a expulsão de camponeses de seus territórios, a substituição de formas milenares dos povos no uso do território por modelos do agronegócio, dentre outras situações.

OS MOVIMENTOS DA EUCALIPTOCULTURA NO BRASIL DE 1800 A 2010

A eucaliptocultura como atividade comercial, começa a ser difundida no Brasil na metade do século XX e, ao longo do tempo, foi-se expandindo pelos diferentes biomas do território nacional.

Segundo Freitas Júnior (2011), a introdução do eucalipto (*Eucalyptus globulus*) em território brasileiro se deu no final do século XIX, mais precisamente por volta do ano de 1868, a partir dos estudos de Edmundo Navarro de Andrade, com o objetivo de utilização da planta para fins medicinal e ornamental (Figura 1).

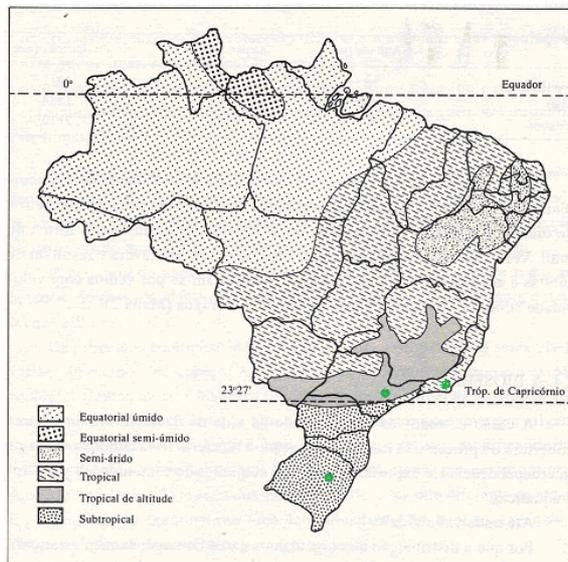
Figura 1 - Evolução dos plantios de eucaliptos no Brasil (1868-1908)



Fonte: ROSS (2001 *apud* FREITAS JUNIOR, G. 2011).

Mas, foi no começo do século XX, no Rio Grande do Sul, que surgiram as primeiras experiências com bases técnicas, objetivando suprir as necessidades de combustível para a extinta Companhia Paulista de Estradas de Ferro (Figura 2).

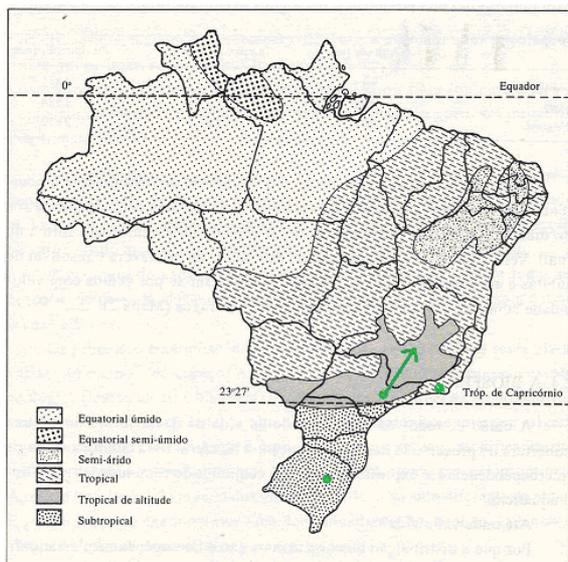
Figura 2 - Evolução dos plantios de eucaliptos no Brasil (1908).



Fonte: ROSS (2001 *apud* FREITAS JUNIOR, G. 2011).

A partir do êxito das experiências de Navarro, os plantios que já estavam bem expandidos pelo interior paulista avançam em terras mineiras por volta de 1940 (Figura 3).

Figura 3 - Evolução dos plantios de eucaliptos no Brasil (1940).



Fonte: ROSS (2001 *apud* FREITAS JUNIOR, G. 2011).

Entre as décadas de 1950 e 1960, o município de Lajes, localizado no Planalto Serrano Catarinense, despontava como um dos principais polos fornecedores de madeira para o país, sendo inclusive boa parte dessa madeira utilizada para a construção de Brasília (GOULARTI FILHO, 2002).

Por volta de 1966, o Estado de São Paulo concentrava 80% da área plantada, que ao todo não passava de 700 mil ha em todo o país. Nesse momento, a burguesia agrária já cogitava o uso de eucaliptos em larga escala, como matéria-prima para suprir a incipiente indústria brasileira de papel e celulose. A área com plantios de pinus e eucalipto, até 1966, era, contudo, insuficiente para atender ao emergente programa de industrialização pretendido. Havia a necessidade, portanto, do estabelecimento de diretrizes legais que contemplassem os segmentos da eucaliptocultura para sua expansão. Segundo Tosta (2006), as principais políticas idealizadas, no final da década de 60 e meados da década de 70, repercutiram positivamente para o setor agroflorestal, sendo atendido pelo seguinte arcabouço político-jurídico: a promulgação do Código Florestal de 1965 (Lei nº 4.771⁴); as Lei nº 5.106/1966⁵ e da Lei nº 4.771/65 que promovem os plantios ou replantios de árvores; a Criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1967; o Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), de 1974⁶.

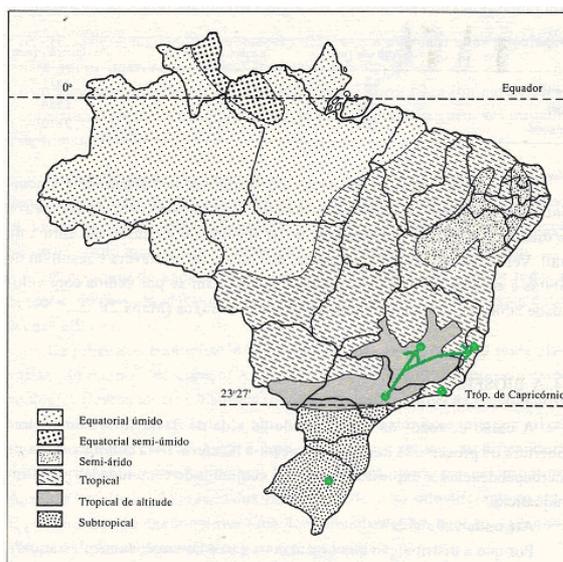
Iniciam-se, assim, os primeiros plantios comerciais de eucalipto em várias regiões do país, que mostraram, na década de 1960, o alinhamento político-ideológico da estrutura do Estado na organização do setor de papel e celulose. Nesse período, cabe destaque para o Estado do Espírito Santo, com uma das maiores áreas de cultivo de eucalipto no país.

⁴ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5106.htm

⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1376.htm

Figura 4 - Evolução dos plantios de eucaliptos no Brasil (1960)

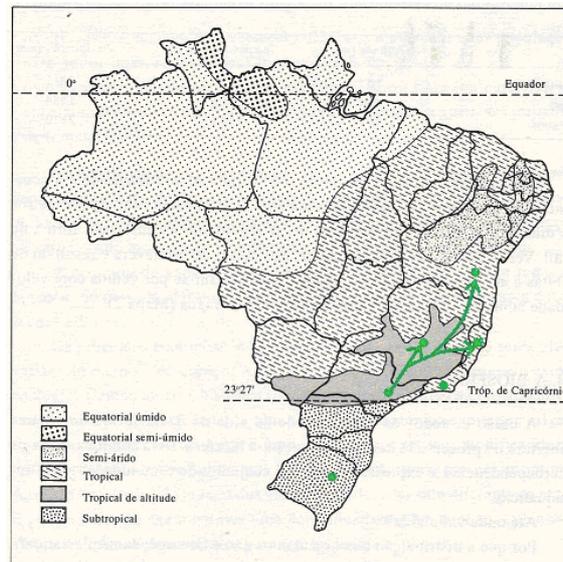


Fonte: ROSS (2001 *apud* FREITAS JUNIOR, G. 2011)

Entre as décadas de 1960 e 1980, a transformação no espaço agrário e agrícola pelos plantios de eucalipto não se deu de forma isolada mas, fundamentalmente, alicerçada numa estratégia de “desenvolvimento nacional”, orquestrada pelo aparato estatal, em meados da década de 60, onde a passagem de uma economia agrário-exportadora para urbano industrial foi o ponto de partida para a reprodução das condições da expansão de diversas monoculturas (OLIVEIRA, 1972).

Observa-se, já no período de 1960-1970, um esgotamento das florestas nativas de araucária nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul oriundo de um processo exploratório desse estrato vegetal nativo desde a década de 1920 (REITZ et al., 1988). Em virtude dessa situação de dilapidação da vegetação nativa, o eucalipto avança significativamente nesses estados, nesse período, como “alternativa” de recomposição ambiental (TOMASELLI, 2000).

Figura 5 - Evolução dos plantios de eucaliptos no Brasil (1970)

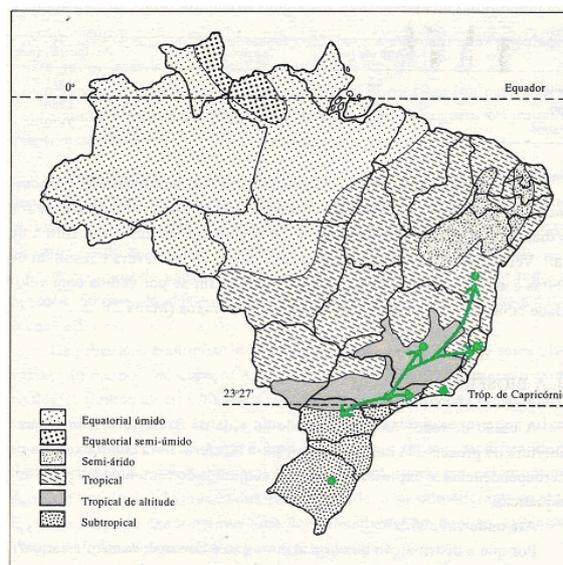


Fonte: ROSS (2001 apud FREITAS JUNIOR, G. 2011).

No final da década de 1970, com a criação da Odebrecht Perfurações Ltda e do Polo Petroquímico de Camaçari, com o apoio do Governo Estadual, implanta-se o distrito florestal do litoral norte baiano, inaugurando um ciclo de expansão na Bahia (SOUZA, 2009 p.35).

Nos anos 1980, a atividade sofre um pequeno rebatimento pela crise econômica com relativo decréscimo dos incentivos fiscais. Mas é nesse período que este setor investe em pesquisa tecnológica e há uma crescente demanda internacional de papel e celulose.

Figura 6 - Evolução dos plantios de eucaliptos no Brasil (1980).

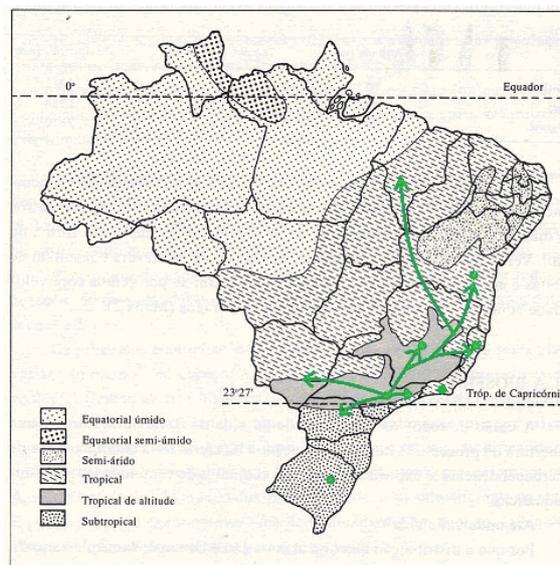


Fonte: ROSS (2001 apud FREITAS JUNIOR, G. 2011).

Nesse período se consolidam as principais empresas plantadoras de eucalipto na Bahia, destacando-se a Bahia Sul Celulose, atual Veracel Celulose. Com resquícios de recrudescimento do setor, final do regime militar e início da redemocratização do país, a área de produção de eucalipto passou de 500 mil para 3 milhões de ha, de 1960 a 1980, demonstrando a força do setor, sobretudo, pela demanda que se apontava no mercado internacional (CARDOSO, 2011).

Já em meados da década de 1980 e início da década de 1990, a atividade expande-se para regiões antes pouco valorizadas pelo agronegócio, a exemplo do estado do Maranhão. De acordo com Souza & Overbeek (2013) surgem, nesse período, a empresa Maranhão Gusa S/A (MARGUSA) e a Suzano sob o nome de Comercial e Agrícola Paineiras S/A. Ambas com finalidade de produção de carvão vegetal, motivadas principalmente pela abertura da mina de ferro Carajás, da Vale do Rio Doce. Este movimento levou à criação de dezenas de siderúrgicas de ferro gusa, aumentando assim a demanda por carvão vegetal (Figura 7).

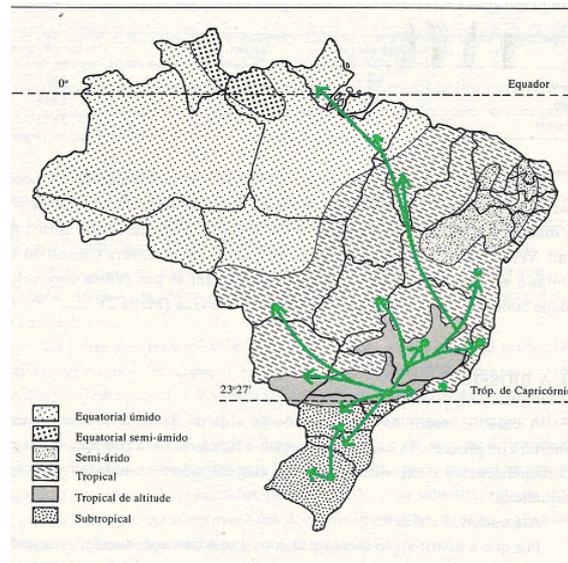
Figura 7 - Evolução dos plantios de eucaliptos no Brasil (1980-1990)



Fonte: ROSS (2001 apud FREITAS JUNIOR, G. 2011).

No período de 1995 a 2005, o setor da eucaliptocultura cresce em volume de exportação a uma taxa média anual de 3,3%, bem como o consumo de papel no mundo aumenta em 18% (BNDES, 2006). Assim, exige-se uma maior expansão de áreas para plantio, pressionando o bioma cerrado, no centro-oeste brasileiro, e avançando na região amazônica, no estado de Roraima, como se observa na Figura 8.

Figura 8 - Evolução dos plantios de eucaliptos no Brasil (1990-2010)



Fonte: ROSS (2001 apud FREITAS JUNIOR, G. 2011).

Esta lógica de expansão e acumulação, ora incentivada pelas empresas de assistência técnica e créditos bancários, ora com participação ativa de empresas multinacionais, se manifesta pela apropriação da natureza, tornando o espaço rural brasileiro cada vez mais concentrado. Atualmente, este setor é um dos mais monopolizados do agronegócio, situação evidenciada no quadro das principais empresas do setor de celulose e papel atuando no Brasil: Fibria, Klabin, Suzano, Ripasa, StoraEnso, Veracel, International Paper (WRM, 2010). Este segmento representou para a balança comercial no Brasil, em 2013, o equivalente a 3% das exportações brasileiras, representando 5,5% do PIB⁷.

É nessa conformação do capitalismo agrário do século XXI que o Brasil se destaca, abarcando um mecanismo de acumulação materializado inclusive pelas empresas transnacionais do setor da eucaliptocultura, dando consequência a um processo espoliativo, por meio dessa atividade agrícola, dos territórios ocupados decorrente de uma produção econômica do espaço (HARVEY, 2006).

MOVIMENTOS DA EUCALIPTOCULTURA NA BAHIA, DE 1970 ATÉ OS DIAS ATUAIS

A eucaliptocultura, na década de 1970, já se encontrava em ritmo acelerado de expansão no país. Coube ao Governo do Estado da Bahia promover e facilitar essa abertura em solos baianos. Em 1976, foi elaborado um estudo enviado ao Instituto Brasileiro de

⁷ Fonte: <http://www.bracelpa.org.br/web/pt/dados-fatos/>

Desenvolvimento de Florestas (IBDF), que tinha como objetivo a criação do Zoneamento dos Distritos Florestais do Estado, incentivados pelo Decreto Lei nº 76.046, delimitando dois pólos regionais: no litoral norte e no extremo sul (MALINA, 2013). É importante destacar que este Decreto é fruto de um processo de mobilização dos representantes dos setores madeireiro e da celulose que, dois anos antes, em 1974, questionavam a promulgação do Decreto Lei nº 1.307/1974⁸, que restringia os incentivos fiscais de “florestamento” e “reflorestamento” em áreas não atendidas pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (MAGALDI, 1991).

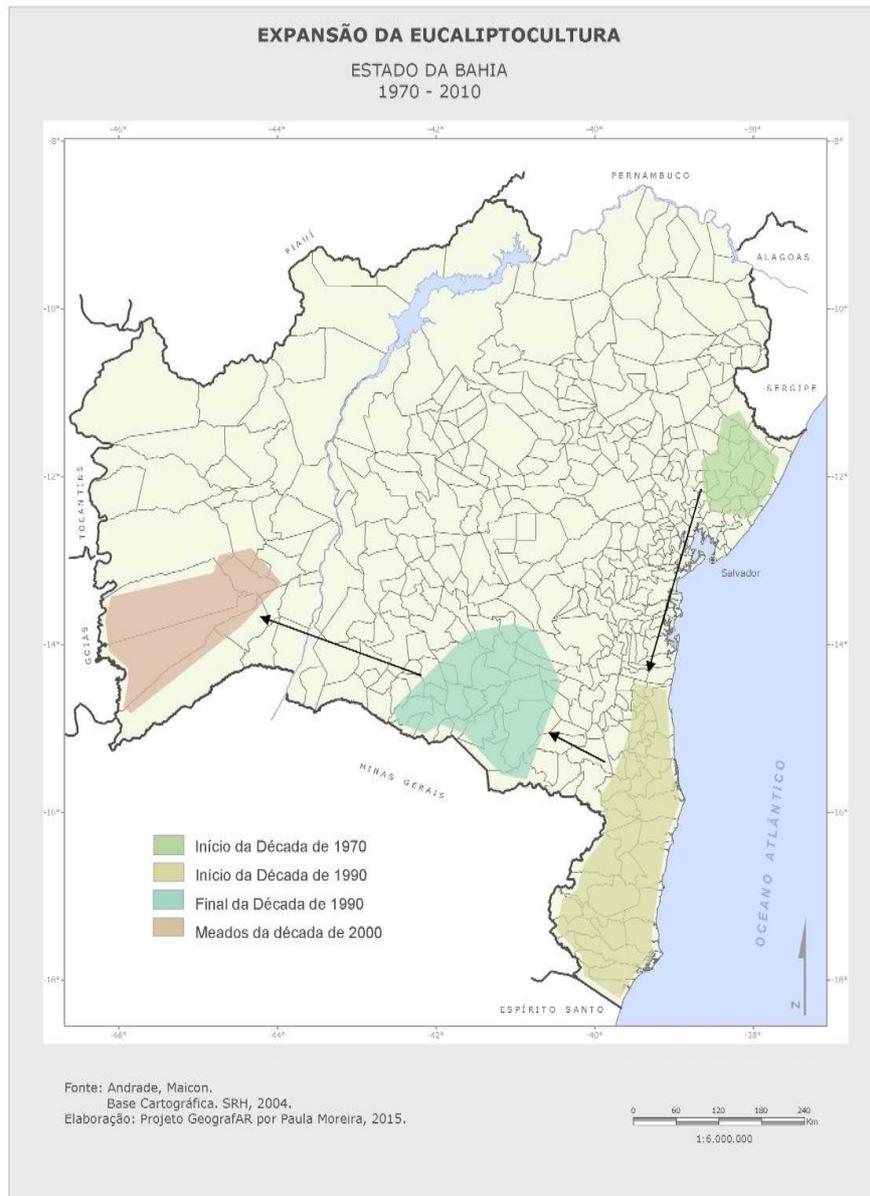
A farta concessão de créditos e subsídios incentivados pelo BNDES, segundo Kudlavicz (2011), direcionou para o setor agroflorestal, entre 1974 e 1980, cerca de R\$8,7 bilhões, proporcionando a disseminação de tecnologias e agregação de valor no emergente setor industrial, agravando não somente as relações sociais no campo, mas também consolidando a apropriação privada do espaço por empresas multinacionais no campo brasileiro, como o caso da Veracel Celulose. Segundo Castral (2003) estes incentivos fiscais foram fundamentais para a expansão espacial desse setor, saindo de 296.539 ha, entre 1967 e 1969, para 3.113.395 de ha plantados, no período entre 1970 e 1979, com crescimento de aproximadamente 950%, no Brasil. O papel do BNDES, nas décadas de 1960 e 1970, juntamente com os artifícios jurídicos elaborados pelo Estado, produzem um ambiente propício de atuação das empresas multinacionais do setor em solos brasileiros, aumentando o potencial de produção de produtos voltados para o mercado externo.

A expansão da eucaliptocultura no Estado da Bahia se deu primeiramente no litoral norte, da década de 1970, ampliando a atividade para o Extremo Sul no início da década de 1990, adentrando na região sudoeste no final da mesma década e, mais recentemente, nos anos 2000, na região do oeste baiano (Mapa 1).

A entrada da atividade no Estado se deu no final da década de 1970, por meio de investimentos vultosos no setor no litoral norte baiano, estimulados pelo preço atrativo da celulose no mercado internacional e, sobretudo, pelo recém-criado Pólo Petroquímico de Camaçari, do Centro Industrial de Aratu (CIA) e da capital Salvador (SOUZA, 2009). Segundo a autora, os impactos estruturais, no litoral norte, podem ser comprovados quando se compara o índice de Gini-Terra que, em 1975 era de 0,847 e, em 1985, passa para 0,887, exercendo uma pressão fundiária, principalmente nas propriedades de extratos menores.

⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1376.htm

Mapa 1 - Expansão da Eucaliptocultura no estado da Bahia (1970-2000)



Em 1974, uma importante via terrestre é inaugurada no estado da Bahia ligando Vitória, no Espírito Santo, a Salvador, na Bahia. A BR 101 viabilizou e facilitou o processo de ocupação de diversos empreendimentos entre esses estados, a exemplo da eucaliptocultura. É no extremo sul baiano, no início da década de 1990, que se inicia o 2º ciclo de expansão da eucaliptocultura, com a liderança da empresa Veracruz Florestal, subsidiária, na época, do Grupo Odebrecht. Já com licença de autorização expedida pelo IBAMA, a multinacional comprou 85 propriedades situadas nos municípios de Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Prado e Belmonte, totalizando 47.140,79 ha. Em 1997, iniciou a implantação da fábrica de pasta de celulose em Eunápolis, com participação de 45% do investimento da Odebrecht, e

o restante em parceria com a multinacional Stora Kopparbergs que, em 1999, se tornaria Stora Enzo. Em 2002, a Aracruz Celulose funde-se com a Stora Enzo, comprando ações da Odebrecht e uma pequena parcela da Stora Enzo (MALINA, 2013). A viabilização desse empreendimento só foi possível com o financiamento do Estado para a então denominada Veracel Celulose, antes Veracruz Florestal, com financiamento do BNDES de quase R\$1,5 bilhões (SOUZA & OVERBEEK, 2008). Atualmente, a empresa atua em 10 municípios do extremo sul baiano, como se verifica no Quadro 4.

Quadro 4 - Área própria da Veracel para Plantios de Eucalipto no Extremo Sul baiano (2014)

Município	Área plantada (ha)	% Plantio sobre a área total município
Eunápolis	21.138,0	14,8
Santa Cruz Cabralia	20.565,5	14,1
Belmonte	13.575,0	7,0
Porto Seguro	11.702,0	5,1
Itagemirim	9.541,0	10,8
Guaratinga	4.347,0	2,0
Itabela	4.106,3	4,4
Itapebi	2.745,3	2,7
Mascote	2.053,7	2,5
Canavieiras	597,7	0,5
Total	90.371,5	-

Fonte: Relatório de Sustentabilidade da Veracel Celulose, 2014. (Adaptado pelo autor).

Os números acima merecem atenção especial, pois um estudo elaborado pelo Instituto de Meio Ambiente do Governo da Bahia, no ano de 2008, já apontava uma ocupação superior de área dos plantios de eucalipto do que é registrado pela empresa nesse relatório de 2014. Em 2008, o Instituto registrava uma ocupação de áreas de eucalipto nos municípios de Eunápolis e Santa Cruz Cabralia de 20% e 18%, respectivamente, enquanto a Veracel, no ano de 2014, registra uma ocupação de plantios na ordem de 14,8% e 14,1%, respectivamente, da área total desses municípios. Contrastando, de forma mais acentuada com os dados oficiais e da própria

empresa, Lerrer e Wilkinson (2012) afirmam em seus estudos que a Veracel Celulose é dona de 48.000 ha dos 119.000 ha existentes no município de Eunápolis, ou seja, 40,33% da superfície total do município. Enquanto que, no município de Santa Cruz Cabrália, a empresa ocupa um terço do território municipal. Esses dados titulam esses municípios dentre os quatro municípios brasileiros com maior área ocupada por empresas estrangeiras seguidos de Magda e Campo Limpo Paulista, no Estado de São Paulo, confirmado pelo próprio cadastro do INCRA (OLIVEIRA, 2010).

A subestimação dos dados de ocupação da Veracel em Eunápolis, apresentado no seu relatório anual, é uma forma de omitir informações reais, uma vez que, o plantio de plantas exóticas nesse município não pode ultrapassar 20% do seu território, de acordo com lei municipal⁹. O CEPEDDES, desde o começo da década de 1990, vem denunciando o processo de apropriação da natureza e acumulação por espoliação dessa empresa no extremo sul baiano, onde pode ser exemplificada a partir da ocupação ilegal da Veracel em terras indígenas do Povo Pataxó, no município de Belmonte, em áreas já identificadas pela FUNAI e publicadas no Diário Oficial da União (nº41 de 29/02/2008) (SOUZA; OVERBEEK, 2008).

De acordo com Oliveira (2012), no bojo do discurso desenvolvimentista e de progresso para o campo, a região de Vitória da Conquista entra no circuito de implantação da eucaliptocultura, ainda de forma incipiente, para atender a demanda por biomassa energética para as indústrias de cerâmica, no início da década de 1990. As experiências desenvolvidas no extremo sul baiano pelas empresas de papel e celulose, a demanda de carvão vegetal pelas indústrias de siderurgia de Minas Gerais e as perspectivas de lucros em médio prazo, levaram diversos produtores rurais a implantarem os primeiros plantios de eucalipto. Aliados às perspectivas promissoras da eucaliptocultura e, sobretudo, com a crise da monocultura do café nos anos de 1980 e 1990, os primeiros plantios de forma comercial são implantados em áreas anteriormente povoadas por plantios de café e pastagens, utilizando experiências de consorciamento com essas culturas.

Mais recentemente nos anos 2000, a região do oeste baiano, famosa pela sua expressiva participação na produção de *commodities*, como a soja, o algodão e o milho, entra no rol de expansão da eucaliptocultura no estado da Bahia, com 57.500 ha de área plantada com significativo aumento de área nos últimos três anos. Uma das hipóteses dessa investida é o

⁹ Fonte: http://www.cepedes.org.br/arquivos/Informativo_Forum_Socioambiental_1_2010.pdf

projeto de implantação de duas termoeletricas que serão movidas a base de biomassa de eucalipto, demandando cerca de 150.000 ha de área de plantada (AIBA, 2014).

Segundo dados da Associação Baiana das Empresas de Base Florestal (ABAF, 2013), a Bahia possui 617 mil ha de plantios florestais dos gêneros *Eucalyptus* e *Pinus*, representando 9,25% da área total dos 6.666 mil de ha plantados das culturas no Brasil, conforme Quadro 5.

Quadro 5 - Posição de acordo com área de plantios de eucalipto por estado, Brasil, 2013

Posição	Estado	Área (mil ha)	Área (%)
1º	Minas Gerais	1.492	22,38
2º	São Paulo	1.186	17,80
3º	Paraná	818	12,27
4º	Santa Catarina	646	9,70
5º	Bahia	617	9,25
6º	Mato Grosso do Sul	597	8,95
7º	Rio Grande do Sul	450	6,75
	Outros	860	12,90
Total		6.666	100,0

Fonte: ABAF, 2013. (Adaptado)

De acordo com a Pesquisa de Extração Vegetal e Silvicultura, do IBGE (2014), o estado da Bahia apresenta 43 municípios produtores de carvão vegetal, lenha, madeira para papel e celulose e madeira para outros fins derivados do eucalipto. Essa produção está distribuída, em sua grande maioria, nas regiões do extremo sul, sudoeste, litoral norte e oeste, garantindo uma produção de 118.266 toneladas de carvão vegetal em 14 municípios, com destaque para o município de Entre Rios, no litoral norte, com uma produção de 44.867 toneladas. A produção de lenha totaliza 863.040 toneladas, com destaque novamente para Entre Rios, com produção de 233.423 toneladas. Já a quantidade de madeira em tora para a produção de papel e celulose é de 11.182.710 m³, tendo o município de Nova Viçosa, no extremo sul, concentrando 1.437.405 m³. Na produção de madeira para outros fins, o total produzido é de

267.802 m³, com o município de Inhambupe, no litoral norte participando com 144.012 m³ da produção desse produto (IBGE, 2014).

Os dados supracitados merecem uma cuidadosa atenção, pois, de acordo com a observação de campo na região sudoeste, há os dados não estão de acordo com a realidade, somente os municípios de Barra do Choça, Vitória da Conquista, Encruzilhada, Cândido Sales, Itapetinga e Belo Campo, citados na pesquisa, que produzem produtos derivados da eucaliptocultura. Acrescentem-se ainda os municípios de Piripá, Cordeiros, Tremedal, Ribeirão do Largo, Anagé, Planalto e Poções com extensas áreas de eucaliptais e com significativo volume de produção. A hipótese do subdimensionamento da produção desses plantios encontra justificativa pelo fato de se perceber que a eucaliptocultura traz consigo plantios ilegais que se estendem na sua cadeia produtiva. Segundo Neto (2012), no município de Cândido Sales, os comerciantes de carvão clandestino são proprietários das fazendas de eucalipto e, contraditoriamente, os carvoeiros contratados para derrubada de mata nativa são também os plantadores de eucalipto nessas fazendas.

O estado da Bahia, nos seus 617 mil ha de áreas plantadas com eucalipto, guarda diferenças regionais no que diz respeito à finalidade de uso da produção. No extremo sul e litoral norte, a atividade objetiva a produção para papel e celulose pela própria forma histórica de ocupação das multinacionais especializadas na cadeia produtiva de papel e celulose; enquanto que no oeste e sudoeste a cadeia produtiva foi direcionada para carvão e lenha para atender a indústria cerâmica regional e o polo siderúrgico de Minas Gerais. Essa especialização regional pode ser verificada no Mapa 2.

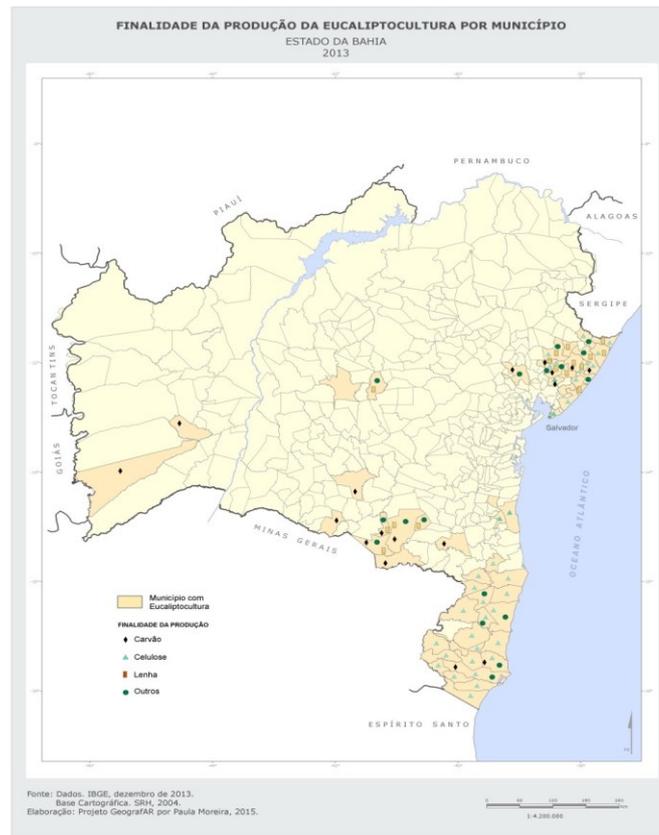
É neste uso do espaço pela eucaliptocultura que os conflitos socioambientais se evidenciam em diversas regiões do país, encontrando suas origens na histórica instabilidade estrutural. Essa instabilidade compromete sobremaneira a soberania política e econômica do país, pois, encontra-se extremamente dependente do capital internacional e de um padrão de desenvolvimento primário exportador.

Ademais, a cadeia produtiva da celulose cumpre esse papel importante de equilíbrio das contas comerciais nacionais e, no caso da Bahia, é um dos setores mais expressivos da economia do estado, alcançando, de acordo com dados da ABAF (2013), a marca de R\$8 bilhões, no ano de 2012, equivalente a 5% do PIB estadual.

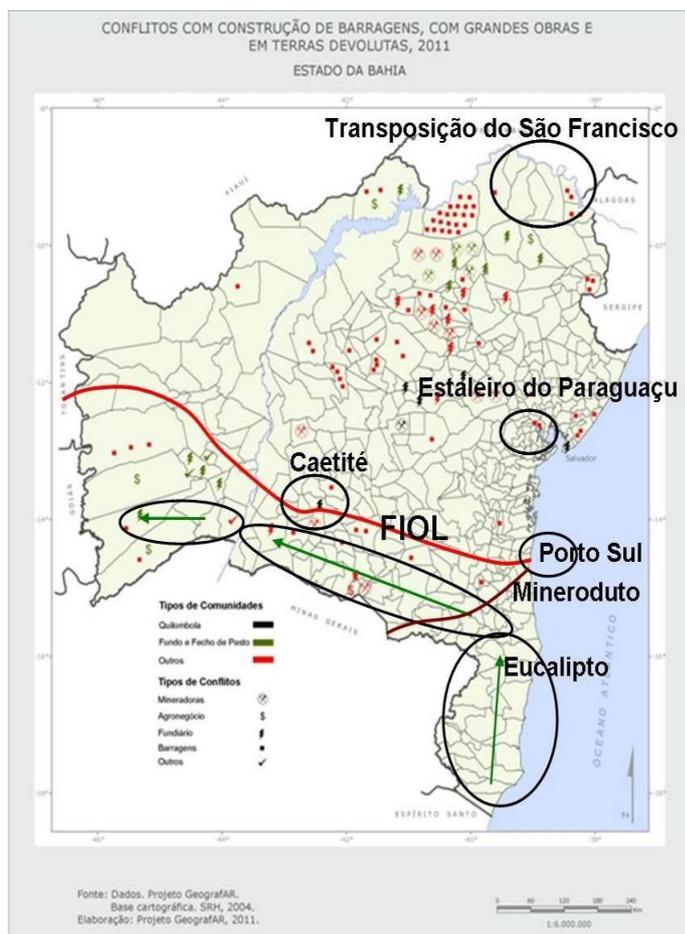
No estado da Bahia, verifica-se um concatenamento de grandes projetos, como é o caso do minerioduto que pretende ligar o norte de Minas Gerais ao sul da Bahia, proposto por

uma empresa chinesa (Sul-Americana de Metais – SAM) e a construção da Ferrovia da Integração Oeste-Leste (FIOL), expressando um planejamento organizado para a consolidação das cadeias produtivas do grande capital ligados à mineração, à celulose e ao agronegócio no estado da Bahia (Mapa 3).

Mapa 2 - Finalidade de uso da produção de eucalipto, Bahia, 2013



Mapa 3 - Conflitos com construção de barragens, com grandes obras e em terras devolutas, 2011



Enquanto, o Minerioduto aguarda licenciamento do IBAMA, o governo do Estado da Bahia já concedeu Licença Prévia ao Projeto da Veracel, através da Portaria 2.253 do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento da eucaliptocultura, desde o final da década de 1990, evidencia o seu caráter excludente quanto ao domínio territorial das famílias de camponeses, historicamente estabelecidas no Estado da Bahia.

No que diz respeito ao levantamento realizado pela a ocupação territorial da eucaliptocultura, não retrata fidedignamente a espacialização da atividade, em termos de área ocupada e produção. A não correspondência real da espacialização da atividade, seus resultados produtivos e sua ocupação territorial, podem ser explicados pelo fato de que não há uma coleta dos dados por imagem ou por estruturas de fiscalização. As informações do setor são fornecidas

pelas empresas e por suas associações representativas. Com isso, tem-se subnotificação de área ocupada e de produção. Ainda no caso da produção, por não haver uma devida fiscalização, tem-se que muitas dessas atividades contam com trabalho análogo a de escravo¹⁰ e muitos dos seus produtos percorrem caminhos clandestinos e não cumprem a legislação ambiental, como é o caso de várias denúncias já proferidas nos órgãos ambientais e investigações da Polícia Federal¹¹.

Nesse sentido, essa constatação desequilibrada e frágil dos dados obtidos de espacialização e uso da eucaliptocultura no estado da Bahia, por meio das empresas plantadoras e órgãos oficiais de pesquisa, impõe a necessidade de estudos mais aprofundados. A utilização de imageamento por satélites, por exemplo, pode ser um recurso que ajude a confrontar de forma científica e técnica os dados e informações, até então, disponíveis para a sociedade.

Destaca-se a relevância de estudar a real espacialização dessa atividade, tendo em vista o seu processo produtivo ser danoso ao meio ambiente e sobretudo pelo domínio privado de extensas áreas de terras agricultáveis, tendo como consequência uma maior concentração fundiária, alimentando o ciclo de pobreza, comprometendo a produção e a reprodução da vida camponesa.

REFERÊNCIAS

ABAF - Associação Baiana de Empresas de Base Florestal. **Anuário**. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.abaf.org.br/download/bahia-florestal-anuario-abaf-2013.pdf>>. Acesso em: setembro de 2014.

AIBA. **Anuário da região oeste da Bahia**. 2013-2014 Disponível em: <<http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2014/06/OESTE-DA-BAHIA-2014.pdf>>. Acesso em: fev. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL (BRACELPA). **Relatório de Sustentabilidade**. ano 2010. Disponível em: <http://bracelpa.org.br/bra2/sites/default/files/public/relsustenta/Bracelpa_PDF_Navegavel_PORT_Final.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2015.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A insustentabilidade social e ambiental do agronegócio: A territorialização do complexo celulose-papel na região leste de Mato Grosso do Sul. **ANAP, Revista Científica**, v. 5, n. 6, dez. 2012.

¹⁰ Ver a Lista suja do trabalho: <http://reporterbrasil.org.br/listasuja/resultado.php>

¹¹ Operação Corcel Negro: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/LIVRO_investiga%C3%A7%C3%B5es%20exitosas_MIOLO_0.pdf

CARDOSO, P. A importância do eucalipto no Brasil. **Painel Florestal**. Botucatu. Março. 2011. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/arquivo/a-importancia-do-eucalipto-no-brasil-746f1502196d8a1f73ce6d3cf3989ba2>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CASTRAL, A. P. O complexo florestal. In: **Impacto da certificação florestal nas condições de trabalho no setor florestal**. 2003. 93 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.

_____. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, nº 5, 2001. Disponível em: <www.revistaoutubro.com.br/edicoes/05/out5_02.pdf>. Acesso em: jul. 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FREITAS JUNIOR, Gerson de. **O Eucalipto no Vale do Paraíba paulista: aspectos geográficos e históricos**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, USP. 2011.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**. v. 2, n. 2, p. 115-147, 2006.

GONÇALVES, Múcio Tosta. Plantações e política florestal no Brasil: análise da formação e da institucionalização de demandas (1960-2000). In: CONGRESSO DA SOBER: questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento, 44., 2006, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006, p. 1-20.

GOULART FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **O novo imperialismo**. 4. ed. Loyola: São Paulo, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 1-777. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: nov. 2014.

_____. **Pesquisa de Extração Vegetal e Silvicultura**. 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pevs/default.asp>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Relatório Geral (2009)**: panorama econômico e sindical do setor de papel e celulose nos países do Cone Sul. São Paulo: Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/Relat%C3%B3rio%20Geral%20%20Setor%20de%20Papel%20e%20Celulose_IOS2009.pdf>. Acesso em: setembro de 2014.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo, fase superior do capitalismo. IN: _____. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa Ômega, 1986. v.1.

LERRER, Debora F. **Expansão capitalista e descontrolado estatal do território: o modus operandi do agronegócio no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJA, 2013.

LERRER, Debora F.; WILKINSON, J. O impacto da legislação restritiva e dos movimentos populares de oposição sobre investimentos estrangeiros em terras no Brasil: o caso do setor florestal e de celulose e papel e a Stora Enso. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS (LAND DEAL POLITICS INITIATIVE, LDPI). 2, Ithaca. **Anais**. Ithaca: Cornell University, LDPI, 2012, p. 1-20.

MAGALDI, S. B. **A ação do estado e do grande capital na reestruturação da atividade produtiva econômica**. O cultivo florestal e a cadeia madeira-celulose-papel. 1991. 373 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

MALINA, Léa Lameirinhas. **A territorialização do monopólio no setor celulístico papelero**: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. 2013. 358 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARTINS, José de Souza. 2004. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec.

MARX, Karl. O Capital. **O processo de produção do capital**. São Paulo. Civilização Brasileira. 2001. V. 1.

NETO, J. Da matriz das promessas ao esmaecer da realidade: um olhar sobre a relação capital x trabalho x natureza em carvoarias. **Revista Pegada**. América do Norte, 2012.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo, v. 2, ano 19, n. 21, p. 113-156, jul./dez., 2003.

_____. A Mundialização da Agricultura Brasileira. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2012, Bogotá. **Actas**. Barcelona: Geocrítica, v. 1, p. 1-15, 2012.

_____. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - Um retorno aos dossiês. **Agrária**, São Paulo, nº 12, 2010. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/12/12.htm>>. Acesso em: mai. 2015

OLIVEIRA, Edvaldo. **Expansão da eucaliptocultura no Planalto da Conquista**. 2012. 346f. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em geografia - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 2, p. 3-82, out. 1972.

PATO, Christy Ganzert. Economia Política do Desenvolvimento Sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 17., 2012, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2168&title=Economia+Pol%C3%ADtica+do+Desenvolvimento+Sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: março de 2015.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SPOSATI, Aldaíza. *et al.* **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2001.

REITZ, R., KLEIN, R. M., REIS, A. **Projeto madeira do Rio Grande do Sul**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. 1988.

SOUZA, Maria de Lourdes Costa. **Interesses na produção do espaço no Litoral Norte da Bahia: Massarandupió e seu entorno**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, 2009.

SOUZA, I. G. de; OVERBEEK, W. (Orgs.). **Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e da Aracruz Celulose: uma história de ilegalidades, descaso e ganância**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Plantações de eucalipto para energia: O caso da Suzano no Baixo Parnaíba, Maranhão, Brasil**. WRM. Maranhão, 2013. Disponível em: <http://wrm.org.uy/pt/files/2014/01/Plantacoes_de_eucalipto_para_energia_O_Caso_da_Suzano.pdf> Acesso em: 20/01/2015.

STÉDILE, João Pedro (Org.); ESTEVAM, Douglas. **A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. vol. 8.

TANEZINI, T. C. Z. **Territórios em conflito no Alto Sertão Sergipano**. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Aracaju, UFS, 2014.

TOMASELLI, I. Tecnologia da madeira no Brasil. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, v. 10, n. 20, p.101-114, jan-jun. 2000.

WRM - World Rainforest Movement. **A definição de florestas**. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Montevideo, 2011. Disponível em: <http://wrm.org.uy/pt/files/2011/11/Definicao_de_floresta.pdf>. Acesso em: 23/01/2015.

_____. **As plantações não são florestas**. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Montevideo, 2003. Disponível em: <http://wrm.org.uy/pt/files/2003/08/As_Plantacoes_ao_sao_florestas.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2015.

Abstract

The first commercial plantations of eucalyptus in Brazil date back to the early twentieth century, in the states of São Paulo and Minas Gerais; they were created to consolidate the incipient Brazilian steel industry. The base of expansion of eucalyptus plantations in Brazilian countryside was driven by various tax incentives with significant state support, in order to consolidate the activity in Brazil. In the case of Bahia, the gateway for eucalypt activity occurred in the late 1970s, when large investments in the sector were carried out in the micro region of Bahia's northern coast, stimulated by the attractive price of pulp in the international market and, above all, the proximity from the newly created Camaçari Petrochemical Complex, the Aratu Industrial Center (CIA) and the state capital. This article presents the evolution and expansion of eucalyptus plantations in Brazil and, more specifically, in the state of Bahia.

Keywords: Eucalyptus. Bahia. Production of space.